

Anc X

Governo luta para ter mais dinheiro

AGÊNCIA ESTADO

Prefeitos, governadores e o Palácio do Planalto terão, esta semana, uma perspectiva concreta de como serão seus orçamentos futuros. Provavelmente na quarta-feira, a Constituinte começará a votar o Título VI do projeto de Constituição, que vai definir o sistema tributário. Entre outras coisas, os parlamentares decidirão se mantêm as vantagens para o Norte e o Nordeste na distribuição do Fundo de Participação dos Estados, tirando uma fatia de recursos que iriam para a União.

Economistas que agora exercem mandatos na Constituinte, como os deputados Francisco Dornelles (PFL-RJ) e José Serra (PMDB-SP) e o senador Roberto Campos (PDS-MT), não acreditam em impasse. Eles justificam que o assunto foi bastante discutido na Comissão de Sistematização, onde se alcançou um bom nível de entendimento.

Mesmo assim, ainda não está claro o que governo fará para continuar com a maior parte do bolo da arrecadação. O seu líder na Câmara dos Deputados, Carlos Sant'Anna, revela apenas que assessores da área econômica estão avaliando o problema para apresentar as propostas de interesse do Planalto que serão defendidas por seus aliados na Constituinte. E o próprio governo diz que este é um assunto técnico que está sob a coordenação do ministro Maílson da Nóbrega, da Fazenda.

Guerra da secessão não virá

Ninguém deve esperar uma guerra de secessão durante a votação da reforma tributária pelo plenário da Constituinte. É o que garante o senador Divaldo Suruagy (PFL-AL), para quem o consenso obtido na Comissão de Sistematização irá prevalecer esta semana. Ele reconhece que as mudanças trarão benefícios para o Norte e Nordeste, mas lembra que essas regiões, se não foram os maiores centros produtores do Brasil, representam um mercado consumidor mais importante do que alguns países da América do Sul juntos.

O deputado paulista José Serra, do PMDB, também favorável ao texto da Sistematização, adianta que a descentralização dará ao Norte e Nordeste um ganho real de 30%, ou seja, três vezes mais do que a região Sul, que, mesmo assim, não ficará prejudicada. Serra destaca, entretanto, que a transformação de recursos estará acompanhada de encargos que hoje são do governo federal.

Nun tom conciliador, o deputado considera equivocada a argumentação de que o adicional de 5% que será permitido aos estados cobrar sobre o imposto de pessoas jurídicas e ganhos de capital benefi-

Para Francisco Dornelles, a questão é outra. Ele acha que a União não está preocupada em perder dinheiro. Teme, e muito, perder o poder político. De acordo com os cálculos do deputado, que foi o primeiro ministro da Fazenda da Nova República, se a reforma tributária estivesse em vigor desde o ano passado, a União teria de transferir aos estados e municípios Cz\$ 30 bilhões. Isso não aconteceu, mas através do sistema do "pires", ou sistema "Aníbal Teixeira", como Dornelles prefere chamar, o governo repassou muito mais.

A descentralização dos recursos conta também com o apoio de Roberto Campos, um dos autores, em 1966, da reforma que concentrou a arrecadação nas mãos do governo federal. Agora, ele acha que a revisão do sistema tributário reforçará a autonomia federativa. Além disso, impedirá a continuidade de "macroerros", como o programa nuclear.

Durante a votação, um ponto será básico: ninguém pretende perder o que conquistou na Comissão de Sistematização. Nem as regiões mais pobres como o Norte e o Nordeste, que vão receber mais recursos do Fundo de Participação, nem o Sul, que não abre mão da prerrogativa de poder cobrar 5% de adicional sobre o Imposto de Renda de pessoas jurídicas e ganhos de capital. Este é um dos interesses do governador de São Paulo, Orestes Quércia, que ainda pretende lutar pela flexibilidade da alíquota superior do ICM, atualmente fixada em 17%.

ciará apenas o Sul e o Sudeste, onde há maior concentração de indústrias e bancos. Lembra que os estados cobrarão esse adicional dos contribuintes de sua área. Mas os parlamentares nordestinos contestam essa tese, justificando que o mesmo acontecerá, por exemplo, com as agências bancárias que têm sede no Sul e estão localizadas no Nordeste. Neste caso, o lucro irá para a sede, onde incide o adicional.

O que mais preocupa José Serra, no entanto, são dispositivos previstos no projeto da Sistematização como as imunidades tributárias para entidades de previdência privada. Ele foi contra a medida como relator da Comissão de Tributos, Orçamento e Finanças, considerando-a populista e corporativista. É um dos poucos itens em que não houve acordo e que será resolvido no voto.

Na parte geral do projeto de reforma tributária não haverá impasse, muito menos uma "guerra de secessão", como diz o senador Suruagy. Há consenso entre os partidos e regiões. Da mesma forma que todos concordam que, nas negociações do assunto, o governo foi o grande agente.



Para Dornelles, Aníbal repassou mais que a Constituinte

Para Serra, Sistematização ajudou a evitar impasse

Fazenda fará o último esforço

O Ministério da Fazenda reconhece que será difícil modificar a reforma tributária que está sendo promovida pela Constituinte. Mesmo assim, fará seu último esforço: a partir de amanhã, os constituintes receberão da Receita Federal um estudo demonstrando os efeitos do novo sistema sobre a União, que perderá 23% de sua arrecadação.

O documento afirma que, se a redistribuição estivesse em vigor integralmente já neste ano, a União perderia cerca de Cz\$ 600 bilhões. Uma quantia parecida com a que o governo pretende economizar com o corte da URP dos funcionários públicos, decretado na quinta-feira.

Na verdade, a descentralização será implantada gradualmente e a perda máxima só será atingida em 1993, quando o processo se completar.

A estratégia da Fazenda, no entanto, parece fadada ao insucesso. Os próprios assessores do ministro Maílson da Nóbrega identificam na Constituinte um clima de descentralização que não favorece o governo federal. Tanto a proposta original da Comissão de Sistematização quanto as emendas apresentadas pelo Centrão mantêm a redistribuição das receitas. Contra essa disposição, o Planalto tentará aprovar duas emendas, apresentadas pelos deputados José Lourenço (PFL-BA) e Mussa Demes (PFL-PI).

Se conseguir fazer passar as duas propostas, a previsão da Fazenda é que a perda da União será reduzida de 23% para 15 ou 16%. Uma missão praticamente impossível. Segundo

um constituinte peemedebista que participou desde o início do projeto da reforma tributária, o governo chegou tarde à discussão. Agora, as pendências regionais que causaram polêmica já foram superadas, à custa da parcela da União, e será difícil mudar qualquer coisa.

O mecanismo usado pela Constituinte para redistribuir as receitas foi o aumento dos percentuais dos fundos de participação dos estados e municípios. Atualmente, o fundo dos estados, Distrito Federal e territórios é formado por 14% da arrecadação do Imposto de Renda e do IPI. Até 1993, passará a ter 21,5%. Já o fundo dos municípios, que hoje tem 17%, terá 22,5%. O fundo especial para aplicação em programas de desenvolvimento no Norte, Nor-

deste e Centro-Oeste, que tem 2%, ficará com 3% já a partir do ano que vem. Ao todo, a transferência do bolo do Imposto de Renda e IPI passará dos 33% de hoje para 47% em 1993. A União perderá ainda os impostos únicos sobre energia elétrica, minerais, transportes, comunicações, lubrificantes e combustíveis, que passarão para a esfera estadual.

A emenda de Lourenço reverte essa incorporação, mantendo os impostos únicos com o governo federal e deixando o ICM como está. Já a proposta de Mussa Demes muda a base dos ganhos dos estados e municípios. Em vez de calculados apenas sobre o IR e o IPI, os fundos teriam 38% de todos os impostos arrecadados pelo governo federal.

Para Gandra, contribuinte perde

"O grande prejudicado com a reforma tributária será o contribuinte. Isso porque a União vai perder em receita, com o repasse de uma parte maior do bolo tributário para estados e municípios, mas não vai perder suas atribuições nem a capacidade de gerar e aumentar impostos." Essa é a avaliação que Ives Gandra da Silva Martins, jurista especializado em Direito Tributário, faz do Título VI do projeto de Constituição da Comissão de Sistematização, que deverá ser votado ainda esta semana. O tema é o sistema tributário nacional.

Para o jurista, o texto permitirá que a União continue legislando sobre a matéria: "Criou a medida provisória, que nada mais é do que o antigo decreto-lei com outro nome. Diz o artigo 76 do projeto que, em caso de relevância e urgência, situações ainda não definidas, o presidente da República poderá adotar medidas provisórias, com força de lei".

A União, perdendo em receita com o repasse de percentagem maior — de 34 para 47% — do imposto sobre Produtos Industrializados e do Imposto de Renda para estados e municípios, os principais impostos federais, vai provocar um déficit em seu orçamento. "E quem pagará por isso será o contribuinte", disse Gandra Martins.

A repartição do bolo tributário preocupa também o advogado tributarista Jorge Ricardo Gomes Cardoso. "A União poderá não só criar novos impostos como também aumentar abusivamente os já existentes, porque o governo continua com gastos excessivos." Para ele, a solução estaria em diminuir as atribuições do governo federal, ou seja, provocar cortes em incentivos e subsídios, através de definição de prioridades; parar de cobrir rombos da iniciativa privada e controlar sua folha de pagamento. "Mas isso seria o ideal, impossível de acontecer. O governo vai tentar cobrir a diferen-

ça perdida no repasse dos impostos, aumentando a carga tributária."

ENGANAÇÃO

Para o jurista Geraldo Ataliba, professor de Direito Tributário da FUC e de Teoria Geral do Direito da USP, o texto da Constituição que trata da reforma tributária não passa de um jogo de palavras para enganar a todos — contribuintes, governadores e prefeitos. "Essa legislação, do jeito que está, beneficiará somente alguns estados e municípios do Norte e do Nordeste do País. Algumas cidades pequenas não saberão o que fazer com todo o dinheiro que receberão, enquanto grandes centros urbanos poderão perder receita." A explicação que Geraldo Ataliba dá é que, com a nova Constituição, todas as matérias importantes sobre tributos serão resolvidas pela maioria do Congresso Nacional, através de legislação ordinária. "A Constituição mesmo não está definindo nada", conclui.

Municípios querem recursos

Se o governo federal colocar obstáculos para a aprovação da reforma tributária imediata, a Frente Municipalista Nacional poderá promover uma nova marcha de protesto a Brasília. "Os municípios precisam de dinheiro para sair da crise em que se encontram", declara o coordenador da entidade, Cláudio Giannini, que associa as mudanças à descentralização administrativa. "E este é o caminho para a democratização do País."

Pressionando os constituintes de suas cidades, os prefeitos querem que a reforma seja implantada logo após a promulgação da nova Constituição. Por isso, estão mobilizados. "Há o receio de que, diante da situação trágica de suas contas, o Executivo federal atue no sentido de não perder dinheiro", diz Jayme Alípio de Barros, consultor da Federação. Ele admite que as conquistas obtidas na Sistematização não são definitivas, "o que obriga a um acompanhamento intensivo para

que os municípios não sejam prejudicados durante a votação do capítulo tributário".

O presidente da Associação Paulista de Municípios e também secretário estadual dos Negócios Fundiários, José Lincoln Magalhães, também é cauteloso em suas previsões. Acha ainda que a luta dos municipalistas não deve ser encerrada com a votação desta semana.

Lincoln não concorda apenas com um artigo do texto da Sistematização, que considera um retrocesso. "A taxa de contribuição de melhoria tem de ser definida de maneira clara, como foi na emenda Passos Porto, isto é, baseada no rateio dos custos da obra entre os moradores diretamente beneficiados com a melhoria." Ele explica ainda que "atribuir a taxa à valorização dos imóveis em decorrência da obra é muito subjetivo e vai levar as prefeituras à antiga situação de nem saber como cobrar, estando ainda su-

jeitas a uma avalanche de contestações judiciais".

"Queremos objetividade", reclama o presidente da Associação Paulista de Municípios. "Não podemos abrir mão de nada", acrescenta o coordenador nacional da entidade. Eles lembram que a luta pela reforma tributária é quase tão antiga quanto a Constituição em vigor. Em 1969, surgiram os primeiros descontentamentos com a centralização de recursos imposta pela Carta.

A briga começou no Estado de São Paulo, cujos municípios sofreram com a forma proposta para a distribuição do ICM. Cada um recebia proporcionalmente ao que era arrecadado em sua sede, beneficiando a minoria das cidades industrializadas. Além disso, as prefeituras eram obrigadas a apresentar projetos para aplicação do dinheiro que receberiam do governo federal.

A íntegra do texto aprovado pela Constituinte esta semana está na página 53.

Reportagem de Jandira Gouveia, Armando Mendes (Brasília), Paola Gentile (São Paulo) e José Rodrigues (Santos). Texto final de Fausto Fass.

Delegacia de polícia funciona na Constituinte

TÂNIA MONTEIRO

Uma verdadeira delegacia de polícia funciona no Congresso Nacional, recebendo queixas e procurando soluções para incidentes de toda ordem, envolvendo não só funcionários como também parlamentares. As queixas vão desde o roubo de alianças, dólares e carros das casas de deputados e senadores a tentativas de conciliação para brigas de casal. Dentre os constituintes, a que mais frequenta o livro de ocorrências é a deputada Raquel Cândido (PMDB-RO), tida como agressiva. "Aqui todo mundo tem medo dela", afirma uma segurança que prefere não se identificar para não correr o risco de, no mínimo, levar uma bofetada, como já aconteceu com um de seus colegas. "Bobeou ela bate mesmo, e bate bem", desabafa o funcionário.

O Congresso Nacional funciona como uma pequena cidade, já que ali trabalham diariamente sete mil pessoas, além de cerca de cinco mil que transitam por suas dependências. Em 1987 foram registradas 268 ocorrências policiais e 24 de trânsito. Coincidentemente, em 1988 o número de ocorrências policiais foi o mesmo, acrescido de 12 problemas de trânsito. Este ano já foram registradas 55 ocorrências. A que ganhou maior notoriedade foi a do garçon Jany Santos de Souza, que na semana passada revirou o plenário da Câmara e a sala onde funciona a CPI da corrupção para protestar contra a Constituinte.

ALIANÇAS E DÓLARES
Franzina, a deputada Raquel Cândido cria para os que trabalham com ela os maiores problemas por causa do seu temperamento envolvido. São três as ocorrências envolvendo Raquel registradas no livro da pequena delegacia de polícia do Congresso, somente no ano passado: duas

por agressão e uma por ameaça de agressão. Mas os funcionários de lá garantem que, se todas as pessoas que tiveram problemas com ela registrassem o fato, esse número seria consideravelmente ampliado.

Para provar que ladrão não escolhe de quem rouba carro, o livro de ocorrências mostra o desaparecimento de automóveis das garagens dos edifícios onde moram diversos constituintes. Foram vítimas dos arrombadores, em 1987, o pernambucano Roberto Freire, líder do PCB, Jessé Fret-

re (PFL-RN) e João Agripino (PMDB-PE), entre outros. Mas um furto considerado curioso pelos seguranças foi registrado nas residências de dois constituintes: Matheus Iensen (PMDB-PR), autor da emenda coletiva que obteve mais de 300 assinaturas propondo cinco anos de mandato para o presidente Sarney, e Lúcio Alcântara (PFL-CE), que tiveram suas alianças de casamento roubadas.

O deputado Jorge Vianna (PMDB-BA) teve prejuízo no ano passado quando, de sua residência, desa-

pareceram dólares em quantidade que a ocorrência não revela. Mesmo esperança de reaver o dinheiro o parlamentar fez questão de registrar o furto. O deputado Homero Santos (PFL-MG) mostrou que tem bom preparo físico. Ele foi furtado no final do ano passado, na fila da agência do Banco do Brasil que funciona na Câmara, mas imediatamente notou a falta do dinheiro, correu atrás do ladrão e ainda conseguiu prendê-lo.

As confusões em plenário entre constituintes também estão registra-

das no serviço de segurança. O desentendimento entre os deputados Gibson Machado (PFL-PE) e Juarez Antunes (PDT-RJ), que chegaram a trocar tapas em plenário no final de 1987, consta das ocorrências, assim como uma tentativa de agressão por parte de populares contra os senadores Mário Covas, líder do PMDB na Constituinte, e Jarbas Passarinho, líder do PDS.

CASOS MAIS GRAVES
Muitos dos problemas que o pessoal da segurança não consegue resolver com uma boa conversa acabam

sendo encaminhados para as delegacias de Polícia de Brasília. O deputado Narciso Mendes (PDS-AC), segundo os registros policiais, viu-se envolvido em uma tremenda confusão apenas porque prometeu um emprego a uma moça. O parlamentar acreano, como não cumpriu a promessa, tentou compensar a jovem com algum dinheiro, prática que se repetiu por outras três vezes. Ela, entretanto, não desistiu do emprego e, como não foi contemplada, resolveu se vingar indo à casa do deputado e se identificando para a esposa dele, Auricélia, como sendo amante de seu marido. O episódio acabou em confusão e, como o minidelegacia não solucionou o problema, a ocorrência foi encaminhada para a 2ª DP.

Embora acostumados a resolver a maioria dos impasses surgidos na Constituinte com entendimentos e acordos, os parlamentares, muitas vezes, não têm esse espírito para solucionar seus próprios problemas. Prova disso é que não numerou os registros de ocorrências de casos simples, como o de um deputado que reclama por que outro parlamentar parou o carro na sua vaga.

Há uma funcionária, conta o segurança, que já foi repreendida duas vezes por usar trajes inconvenientes. Outro caso pitoresco foi registrado quando um seguidor do reverendo Moon tentou seduzir a secretária de um senador, agarrando-a no gabinete deste.

O pessoal da segurança, entretanto, é o mais discreto possível e tenta manter sigilo de todo e qualquer fato que envolva parlamentares e mesmo funcionários. Segundo eles, se esses casos vierem a público, a imagem da Casa pode ser afetada e os constituintes poderão perder a confiança de registrar suas ocorrências na minidelegacia.

